



## REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA CMDCA E CMAA

### ATA Nº 04 – 22/03/2016

1 Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, às oito e trinta  
2 horas, reuniram-se na Sala de Reuniões do 3º Piso da Prefeitura Municipal de Cascavel  
3 - PR para Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do  
4 Adolescente - CMDCA, e da Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação do  
5 Programa Prefeito Amigo da Criança – CMAA/PPAC e o Articular do PPAC Alisson  
6 Ramos da Luz, Presidente do CMDCA E CMAA/PPAC, Sr. Valdair Mauro Debus, de  
7 seus Conselheiros, Membros da CMAA/PPAC, técnicos de referência da comissão,  
8 Comitê Interinstitucional Provisório de Acompanhamento e Avaliação do Plano Decenal  
9 dos Direitos da Criança e do Adolescente e convidados, conforme lista de presença  
10 anexa. O Presidente inicia os trabalhos dando boas vindas a todos e esclarece que pelo  
11 motivo do CMDCA não contar com o quórum necessário, houve este acréscimo de  
12 quinze minutos de tempo de espera, em cumprimento ao Regimento Interno do  
13 CMDCA. Na sequência passa a tratar da seguinte pauta do dia: **1) Apreciação e**  
14 **aprovação da pauta; 2) Apreciação e aprovação das justificativas de ausências; 3)**  
15 **Apreciação e aprovação do “Módulo de Acompanhamento do Plano Decenal dos**  
16 **Direitos da Criança e do Adolescente”, preenchido pelo Comitê Interinstitucional**  
17 **Provisório do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente; 4)**  
18 **Apreciação e aprovação das informações do “Mapa de Prioridades Nacionais,**  
19 **referente a 2015, preenchido pelas Secretarias Municipais”;** 5) **Apresentação pela**  
20 **Secretaria Municipal de Assistência Social – SEASO da nova territorialização do**  
21 **Sistema Único de Assistência Social – SUAS em Cascavel, aprovada pelo**  
22 **Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS:** Neste momento é feita a  
23 contagem do quórum que somou dezoito conselheiros do CMDCA e dez membros do  
24 CMAA/PPAC presentes. Dando sequência o presidente encaminha o item **1)**  
25 **Apreciação e aprovação da pauta:** Etelda Madsen, Secretária Executiva do CMDCA  
26 solicita inclusões de pauta a qual fica da seguinte forma: **1) Apreciação e aprovação**  
27 **da pauta; 2) Apreciação e aprovação das justificativas de ausências; 3)**  
28 **Substituições realizadas na CMAA/PPAC – Decreto Municipal nº 201/2016/GAB; 4)**  
29 **Apreciação e aprovação do “Módulo de Acompanhamento do Plano Decenal dos**  
30 **Direitos da Criança e do Adolescente”, preenchido pelo Comitê Interinstitucional**  
31 **Provisório do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente; 5)**

32 **Apreciação e aprovação das informações do “Mapa de Prioridades Nacionais,**  
33 **referente a 2015, preenchido pelas Secretarias Municipais”;** 6) **Apresentação pela**  
34 **Secretaria Municipal de Assistência Social – SEASO da nova territorialização do**  
35 **Sistema Único de Assistência Social – SUAS em Cascavel, aprovada pelo**  
36 **Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;** 7) **Informes: 7.1 – Carta Aberta**  
37 **do CME à Câmara Municipal de Vereadores; 7.2 – 2ª Votação do Plano Decenal**  
38 **dos Direitos da Criança e do Adolescente – Sessão Câmara de Vereadores dia**  
39 **22/03 às 14h30:** Valdair coloca em aprovação a pauta e a mesma é aprovada com  
40 quórum de vinte e oito (28) votos favoráveis. Em seguida o presidente passa ao item **2)**  
41 **Apreciação e aprovação das justificativas de ausências:** Etelda lê as justificativas:  
42 Adilson de Amorim está participando de uma reunião de sindicância; Daniele Furlan  
43 está atendendo demanda da Vara da Infância e Juventude; Gustavo Scherole de Brito  
44 está em estudo de caso. O presidente coloca em votação as justificativas, as quais são  
45 aprovadas com vinte e oito (28) votos favoráveis. Prosseguindo o presidente passa ao  
46 item de pauta N° **3) Substituições realizadas na CMAA/PPAC – Decreto Municipal**  
47 **n° 201/2016/GAB:** Etelda lê as substituições feitas: Secretaria Municipal de Finanças:  
48 Suplente: Célia Batista de Almeida; Conselho Tutelar Oeste: Titular: Andreлина Pedroza  
49 Battissti; Suplente: Ana Marly de Almeida Cruz; Conselho Tutelar Leste: Titular: Gustavo  
50 Scherole de Brito, Suplente: Patricia G. Paranhos de Oliveira; inclusão do Conselho  
51 Tutelar Sul: Titular: Maria da Glória Magrin, Suplente: Eleni Cabral; CMAS: Titular:  
52 Valéria Medeiros, Suplente: Cleodomira Soares dos Santos e inclusão da AEELV -  
53 Associação Educacional Espírita Lins de Vasconcelos: Titular: Irlete Aparecida Fabri  
54 Davantel; Suplente: Luiz Antonio Pastorini Lançanova. Dando sequencia a reunião  
55 Valdair passa ao item **4) Apreciação e aprovação do “Módulo de Acompanhamento**  
56 **do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente”, preenchido pelo**  
57 **Comitê Interinstitucional Provisório do Plano Decenal dos Direitos da Criança e**  
58 **do Adolescente:** Ronaldo Adriano Alves dos Santos, Coordenador da Comissão de  
59 Elaboração do PDDCA apresenta uma planilha com as ações do Plano Decenal  
60 preenchidas pelas Secretarias responsáveis pelo desenvolvimento das mesmas no ano  
61 de dois mil e quinze. Neste momento Ronaldo lê cada ação a qual o técnico  
62 responsável informa se a ação foi desenvolvida, integralmente ou parcialmente ou se  
63 não foi realizada. **As realizadas foram: SEASO:** Instituir novas unidades de Conselho  
64 Tutelar; Assegurar estrutura física, recursos materiais e veículos (móveis, material  
65 expediente, equipamentos eletrônicos) e equipe administrativa, que permitam o  
66 funcionamento de novos Conselhos; Fortalecer a Comissão Municipal de Acolhimento  
67 através da inserção de representantes das Políticas Setoriais; Concluir a elaboração do  
68 Plano de Ações Estratégicas do PETI; Implantar 04 equipes de referência de PAIF

69 volantes para os Distritos; Garantir a continuidade das campanhas de combate à  
70 exploração sexual de criança e adolescente; Garantir a apuração de todas as denúncias  
71 realizadas pelas crianças e adolescentes acolhidos; Garantir a apuração de todas as  
72 denúncias sobre a rede de acolhimento; Realizar e investir em capacitação continuada  
73 para os Conselheiros Tutelares; Promover de forma contínua a capacitação dos  
74 conselheiros de direitos do CMDCA; Garantir através da liberação de vale transporte ou  
75 outros meios, a locomoção visando a representação e participação dos adolescentes e  
76 da sociedade civil no CMDCA; Garantir condições de estrutura de equipamentos e  
77 tecnologia necessários para a efetiva e sistemática alimentação do SIPIA web pelos  
78 Conselheiros Tutelares, possibilitando a utilização dos dados do SIPIA web como fonte  
79 de informação para a elaboração de diagnóstico na área da criança e adolescente. **Não**  
80 **foram realizadas pela SEASO:** Ampliar recursos humanos dos CREAS, visando  
81 atender a demanda de crianças e adolescentes; Criar protocolo e fluxo de recebimento  
82 e apuração de denúncias referentes aos acolhimentos; Criar protocolo para definição de  
83 prioridade de atendimentos no PAEFI; Criar Ocorrências no IRSAS para registro dos  
84 encaminhamentos realizados pela Comissão de Acolhimento, possibilitando informar no  
85 cadastro das crianças e/ou adolescentes, sobre o parecer da Comissão, seja ele  
86 favorável ou desfavorável; Garantir equipes de referência exclusivas para a  
87 operacionalização do PAIF; Criar e divulgar o sistema de notificação compulsória de  
88 situações de trabalho infantil, conforme artigo 13 do ECA; Mapear os territórios urbanos  
89 e rurais com maior incidência de trabalho infantil, através de ações intersetoriais;  
90 Descentralizar as ações de prevenção e atendimento das situações de trabalho infantil  
91 para área rural; Orientar e encaminhar os pais ou responsáveis para cursos de  
92 qualificação profissional com vistas a inclusão no mercado de trabalho; Implantar e  
93 implementar programa de capacitação permanente e continuada garantindo,  
94 prioritariamente, a discussão do princípio de excepcionalidade das medidas protetivas  
95 de acolhimento; Capacitar os profissionais da rede para o enfrentamento à violência  
96 contra a criança e o adolescente; Realizar Seminário Anual de Acolhimento abordando  
97 os princípios e diretrizes dos Serviços de Acolhimento; Estabelecer critérios de  
98 reavaliação das famílias acolhedoras já inseridas no Serviço; Capacitar continuada e  
99 permanentemente as Equipes da Alta Complexidade garantindo a discussão dos  
100 princípios de excepcionalidade e brevidade das medidas protetivas de acolhimento;  
101 Realizar o registro no IRSAS dos encaminhamentos realizados pela Comissão de  
102 Acolhimento em relação à situação das crianças e/ou adolescentes, pelo coordenador  
103 da Comissão; Recompôr as equipes de referência previstas nos documentos  
104 normativos da Política de Assistência Social; Realizar mapeamento das instituições que  
105 oferecem cursos de qualificação e profissionalizante gratuito para adolescentes e

106 jovens, a fim de criar mecanismos de incentivo para ampliar a participação dos mesmos;  
107 Realizar e investir em capacitação continuada dos profissionais que trabalham na rede  
108 socioassistencial; Compor uma equipe Volante de CREAS para atendimento as  
109 demandas dos Distritos e Comunidades de Cascavel; Implantar e implementar central  
110 de vagas para o gerenciamento de vagas para o acolhimento de crianças e  
111 adolescentes; Garantir a execução prioritária do PAIF nos CRAS; Ampliar a oferta dos  
112 SCFV para a faixa etária de 0 a 6 anos; Realizar levantamento e identificação de  
113 demanda nos distritos para construção de espaço físico para Centros Intersetoriais;  
114 Implementar e ampliar o número de Serviço de Convivência e Fortalecimento de  
115 Vínculos para adolescentes; **Foram realizadas parcialmente pela SEASO:** Realizar o  
116 acompanhamento das famílias de origem, visando a reintegração familiar; Acompanhar,  
117 pela equipe de acolhimento, a criança/adolescente e família após reintegração familiar,  
118 pelo período mínimo de seis meses; Capacitar continuada e permanentemente as  
119 famílias acolhedoras; Garantir o atendimento técnico (escuta qualificada) no ato da  
120 inserção das crianças e adolescentes nos Serviços de acolhimento; Realizar  
121 acompanhamento e atendimento das famílias de origem (não destituídas do poder  
122 familiar) visando fortalecer a função protetiva para reintegração familiar; Garantir a  
123 inserção das famílias de origem no PAIF (após a reintegração familiar); Garantir  
124 contratação de profissionais por concurso público de acordo com a NOB-RH/SUAS;  
125 Acompanhar as famílias das crianças e adolescentes inseridas no PETI e nos Serviços  
126 de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Capacitar os profissionais que atuam no  
127 sistema de defesa e garantia de direitos para qualificar o processo de identificação e  
128 notificação de casos de trabalho infantil; Desenvolver atividades educativas que  
129 promovam a discussão sobre o uso de drogas lícitas e ilícitas na família, haja vista que  
130 as primeiras experiências de uso ocorre neste ambiente; Garantir a execução do Plano  
131 Municipal de Reordenamento dos Serviços de Acolhimento de crianças, adolescentes e  
132 jovens de até 21 anos; Adequar os espaços públicos sem acessibilidade de acordo com  
133 as normas da ABNT; Garantir a contratação de Técnicos Assistentes Sociais,  
134 Psicólogos e Pedagogo para o CREAS II, garantindo o atendimento e o  
135 acompanhamento sistemático e integral dos adolescentes, bem como a contratação de  
136 Educadores Sociais e/ou Oficineiros para a realização de oficinas como Grafiteagem,  
137 Hip-hop, Música, Ambiental e Teatro. **As ações realizadas pela SEMED:** Manter na  
138 agenda anual da Secretaria Municipal de Educação uma capacitação anual sobre  
139 educação sexual e prevenção as violações de direitos de crianças e adolescentes;  
140 Realizar Reuniões bimestrais com os pais, previsto em calendário escolar, além das  
141 realizadas no início e final de ano, a fim de discutir temas importantes relacionados a  
142 vida escolar do aluno e as responsabilidades da família; Capacitar/qualificar contínua e

143 permanente para todos os Profissionais da Educação Municipal; Construir e equipar  
144 novos CMEIs, conforme demanda apresentada nos bairros e distritos (zona rural), com  
145 recursos do Município e da União; Garantir a qualidade, acessibilidade e manutenção  
146 dos serviços de transporte escolar; Manter a criação e a utilização dos espaços de  
147 participação popular, tais como conferências. Fóruns municipais, fóruns de debates  
148 anuais no âmbito escolar, garantido a livre expressão das crianças. Adolescentes e  
149 suas famílias em todas as políticas públicas, democratizando a linguagem utilizada  
150 nestes eventos, evitando a utilização de termos técnicos facilitando assim, a  
151 compreensão e participação plena de crianças e adolescentes nas discussões e  
152 decisões sócio política; Promover a aproximação entre pais, alunos, professores,  
153 funcionários e toda a comunidade escolar, através de gincanas e atividades de  
154 integração, criando espaços alternativos para os pais expressarem suas opiniões com  
155 critérios e sugestões, visando à efetivação dos direitos e deveres assegurados em lei,  
156 tornando estas conhecidas por todos para efetivação da cidadania; Melhorar a  
157 qualidade da merenda escolar e da alimentação servida nos serviços públicos, visando  
158 a melhor nutrição das crianças e dos adolescentes, consultando suas preferências e o  
159 acesso a leites especiais, frutas e verduras para crianças e adolescentes e famílias que  
160 necessitam de cuidados especiais; Divulgar o direito das Crianças e Adolescentes  
161 Surdos à Escola Bilíngue; Desenvolver programas de prevenção ao uso de drogas  
162 lícitas e ilícitas, realizando campanhas educativas de informação e sensibilização; Criar  
163 programas nas escolas com o objetivo de oportunizar maior vinculação entre a  
164 comunidade escolar, através de discussão dos casos e planejamento de intervenções  
165 específicas para prevenir violações de direitos de crianças e adolescentes; Viabilização  
166 para contratação de intérprete de libras para as escolas conforme demanda; **Não foram**  
167 **realizadas pela SEMED:** Desenvolver ações de cuidados com o meio ambiente nas  
168 escolas e instalar coletores de resíduos de lanche, utilizando garrafas pet a serem  
169 fixadas nos espaços coletivos; Valorizar dos profissionais através da reestruturação do  
170 Plano de Carreira, Cargos e Remuneração do Magistério; Debater com a comunidade  
171 escolar a necessidade de câmeras de monitoramento nas Instituições de Ensino  
172 Públicas; Ampliar cisterna para coleta e armazenamento de água de chuva a ser  
173 direcionada para a limpeza da estrutura física; **Foram realizadas parcialmente pela**  
174 **SEMED:** Desenvolver atividades referentes à prevenção de violações de direitos de  
175 crianças junto às famílias nos CMEIs, ONGs e Escolas Municipais; Elaborar e  
176 Implementar Projeto Escola da Família viabilizando a realização de trabalhos com as  
177 famílias, possibilitando o envolvimento de todas as políticas de forma integrada nas  
178 ações, visando refletir sobre a função protetiva e de socializadora da família; Contratar  
179 de profissionais através de concurso público para a rede Pública Municipal de Ensino;

180 Manter a alimentação do Cadastro Único da Educação Infantil (CADUN); Readequar e  
181 equipar da estrutura física dos CMEIs já implantados; Readequar e equipar da estrutura  
182 física das Escolas Municipais já implantados; Expansão da oferta de Educação em  
183 tempo integral, nas Escolas e CMEIS, com qualidade priorizando os bairros com maior  
184 índice de vulnerabilidade e risco social; Expansão da oferta de Educação em tempo  
185 integral, nas Escolas e CMEIS, com qualidade priorizando os bairros com maior índice  
186 de vulnerabilidade e risco social; Ampliar o número de professores concursados na rede  
187 de ensino e garantir a formação continuada para a melhoria da qualidade do ensino  
188 público; Desenvolver através da arte e cultura, a efetivação dos direitos da criança e do  
189 adolescente propondo que Escolas, Programas, Serviços de atendimento incentivem a  
190 interpretação do ECA, bem como atividades extraclasse em período de contra turno,  
191 para incentivar e reforçar os estudos e promoção da cidadania, através da arte urbana  
192 oportunizando a criação de Semanas Culturais (grafite, Hip-Hop, musica, dança, teatros  
193 livres, entre outros) para debater a temática; Aperfeiçoar a tecnologia de informação e  
194 comunicação com dispositivos de segurança, para evitar o acesso indevido a sites não  
195 recomendados para crianças e adolescentes. **Foram realizadas pela SESAU:** Articular  
196 com o Estado para a disponibilização de vagas de internamento para adolescentes do  
197 sexo feminino para o tratamento de drogadição no HU; Desenvolver atividades  
198 referentes ao acompanhamento e desenvolvimento da saúde da família em específico a  
199 saúde da criança e do adolescente; Desenvolver grupos de atendimento e orientação às  
200 gestantes nas UBS e USF; Garantir o acesso aos serviços da rede de Saúde Mental à  
201 criança e adolescente; Incluir no Calendário Escolar das escolas pactuadas no PSE  
202 atividades referentes a alimentação saudável e nutritiva; Ampliar as ações do Programa  
203 Saúde na Escola voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional do adolescentes, a partir  
204 das informações geradas pelo SISVAN; Incluir no Calendário Escolar das escolas  
205 pactuadas no PSE atividades referentes à educação sexual (gravidez precoce e  
206 planejamento familiar) através de metodologias dinâmicas e participativas, sem caráter  
207 moralizante; Garantir o acesso às vacinas disponíveis no SUS e acatar a ampliação do  
208 elenco de imunobiológicos do Programa Nacional de Imunização; Construção de novas  
209 sedes de USF; Disponibilizar kit de atenção pré-natal para as unidades de saúde;  
210 Fortalecer a vigilância de mulheres em idade fértil, assim como do óbito materno, infantil  
211 e fetal, incluindo os comitês de mortalidade; Qualificar a Assistência da atenção primária  
212 em saúde para maior resolutividade no atendimento da criança e do adolescente;  
213 Capacitação continuada e permanente dos profissionais; Reposição e Ampliação da  
214 equipe profissional do CEACRI e CAPSi; Capacitar e qualificar profissionais da atenção  
215 primária em saúde para atenção integral à mulher durante o ciclo reprodutivo, o  
216 climatério e a menopausa. **Não foram realizadas pela SESAU:** Implantação dos NASF

217 regionalizados conforme demanda; Valorização dos profissionais por meio da revisão  
218 do plano de cargos carreiras e salários. **Foram realizadas parcialmente pela SESAU:**  
219 Ampliar equipe técnica do CEACRI para atender os casos de violência; Realizar  
220 atividades voltadas à prevenção do uso de drogas nas escolas e colégios, urbanos e  
221 rurais; Desenvolver atividades educativas que promovam a discussão sobre o uso de  
222 drogas lícitas e ilícitas na família, haja vista que as primeiras experiências de uso ocorre  
223 neste ambiente; Desenvolver as ações de orientação nutricional para as famílias nas  
224 USF e UBS; Desenvolver grupos operativos, com adolescentes, nas UBS e USFs  
225 abordando questões relativas à sexualidade, saúde e saúde reprodutiva; Ampliação dos  
226 Serviços de Apoio Diagnósticos e Terapêuticos na Atenção Básica através da Revisão  
227 dos protocolos de encaminhamentos para exames e especialidades para agilizar o  
228 atendimento da população; Reposição de profissionais especialistas para recompor as  
229 equipes mínimas previstas nas legislações; Realização de concurso público para a  
230 contratação de profissionais especialistas de acordo com a demanda; Viabilizar a  
231 aquisição de material para as oficinas terapêuticas, bem como a adequação de espaço  
232 físico do CAPSi. Valdair coloca em votação a aprovação das ações as quais são  
233 aprovadas com trinta e dois votos favoráveis. O quórum neste momento passa a ser de  
234 trinta e dois votantes. Dando sequência, Valdair passa ao item **5) Apreciação e**  
235 **aprovação das informações do “Mapa de Prioridades Nacionais, referente a 2015,**  
236 **preenchido pelas Secretarias Municipais”;** Neste momento Valdair agradece a  
237 presença da Secretária Municipal de Assistência Social Sra. Inês de Paula e passa a  
238 palavra para Luzia de Aguiar Soares – Gerente da Divisão do Sistema Municipal de  
239 Assistência Social, a qual informa que este questionário é preenchido on line, e que o  
240 sistema é pesado portanto bem lento e diante disso pede a paciência de todos. Fala  
241 sobre a importância do preenchimento do documento. Ronaldo conduz o preenchimento  
242 com a participação de todos os técnicos conforme segue: **Questionário Plano**  
243 **Municipal para Infância e Adolescência - PMIA** – 1) Os órgãos implementadores  
244 estão desenvolvendo as ações previstas no Plano Municipal para a Infância e  
245 Adolescência? – Sim, todos os órgãos estão desenvolvendo as ações de sua  
246 responsabilidade. 2) Quem é responsável pelo monitoramento do desenvolvimento do  
247 Plano Municipal para Infância e Adolescência? – Foi criada uma comissão especial para  
248 realizar o monitoramento. 3) Como está sendo feito o monitoramento do  
249 desenvolvimento do PMIA? – Reunião do Comitê Intersetorial responsável pelo  
250 monitoramento e avaliação do Plano, composto por técnicos de todos os órgãos  
251 implementadores do Plano. 4) O gestor Municipal tem tomado conhecimento do  
252 andamento das ações do PMIA? – Sim, por meio de reuniões com os gestores dos  
253 órgãos implementadores. **AÇÃO 1 – ÁREA: Fortalecimento e Assistência às famílias,**

254 CATEGORIA: Nova Política/serviço, RESULTADO: 3º Conselho Tutelar instituído. 1.1 –  
255 O Município alcançou o resultado/meta registrado acima? – alcançou totalmente. 1.2 –  
256 Descrever brevemente, mas com clareza, o que foi feito para alcançar, total ou  
257 parcialmente, o resultado / meta. – Foi aprovada a Lei Municipal Nº 6.279 de 11 de  
258 outubro de 2013, que em seu artigo 2º, autoriza o Poder Executivo Municipal Instituir  
259 novos Conselhos Tutelares. – Foi publicada a resolução do CMDCA Nº 035, de 26 de  
260 junho de 2014, que aprovou a territorialização dos Conselhos Tutelares Regionais  
261 Leste, Oeste e Sul, com as áreas de abrangência urbanas e rurais considerando a  
262 demanda e a projeção de crescimento populacional dos referidos territórios. – Em 04 de  
263 outubro de 2015 ocorreu o processo unificado de escolha de Conselheiros Tutelares. –  
264 Em 10 de janeiro de 2016 foram empossados os Conselheiros Tutelares dos três  
265 Conselhos. 1.3 – Como o Município mediu o alcance do resultado / meta ( ou seja, quais  
266 foram os indicadores que utilizou) ? – Instituição de três unidades de Conselhos  
267 Tutelares com as respectivas equipes de apoio, conforme a resolução do CMDCA Nº  
268 059, de 15 de dezembro de 2015. AÇÃO 2: ÁREA: Acolhimento institucional,  
269 CATEGORIA: Melhoria de política / Serviço existente, RESULTADO: 100% dos casos  
270 de acolhimento institucional e familiar avaliados pela Comissão Municipal de  
271 Acolhimento. 2.1 – O Município alcançou o resultado / meta registrado acima? Alcançou  
272 parcialmente. 2.2 – Descrever brevemente, mas com clareza, o que foi feito para  
273 alcançar, total ou parcialmente, o resultado / meta. – A Comissão Municipal de  
274 Acolhimento de Crianças e Adolescentes foi instituída em 2013 com técnicos da rede  
275 socioassistencial da Proteção Social Especial e em 2015 passou a ser composta por  
276 membros da rede intersetorial, através do Decreto Municipal Nº 12.293 de 30 de abril de  
277 2015. Realiza reuniões quinzenalmente e avalia os casos de crianças e adolescentes  
278 com direitos violados cujos vínculos familiares encontram-se fragilizados ou rompidos,  
279 encaminhados pelo Conselho Tutelar e Ministério Público. – Destacamos que os  
280 Conselhos Tutelares e o Ministério Público não encaminham todos os casos à  
281 Comissão, entretanto todos os casos encaminhados passam pela avaliação. – Esta  
282 comissão realiza estudo pré-diagnostico com relação aos atendimentos realizados pela  
283 Rede de Atenção e Proteção Social a criança, adolescente e suas famílias, bem como  
284 sugere outros atendimentos anteriores ao acolhimento. 2.3 – Como o Município mediu o  
285 alcance do resultado/meta ( ou seja, quais foram os indicadores que utilizou) ? –  
286 Correlacionando o número de encaminhamentos de casos dos Conselhos Tutelares e  
287 Ministério Público e o número de avaliações realizadas pela Comissão. 2.4 – A ação  
288 continua sendo executada? – Sim. 2.5 – Quais foram os fatores que impediram que o  
289 resultado / meta fosse totalmente alcançado? - Outros fatores. (os Conselhos Tutelares  
290 e o Ministério Público não encaminham todos os casos à Comissão). AÇÃO 3: ÁREA:

291 Trabalho Infantil, CATEGORIA: Melhoria de política / serviço existente, RESULTADO:  
292 Mapeamento dos territórios urbanos e rurais com maior incidência de trabalho infantil  
293 realizado, por meio de ações intersetoriais. 3.1 – O Município alcançou o resultado /  
294 meta registrado a cima? – Não alcançou. 3.6 – Quais foram os fatores que impediram  
295 que o resultado / meta fosse alcançado? Outros fatores. O planejamento proposto  
296 inicialmente seria a contratação de uma empresa/órgão para realizar o mapeamento  
297 dos territórios urbanos e rurais com maior incidência de trabalho infantil. Entretanto  
298 verificou-se a impossibilidade de execução dessa proposta uma vez que as empresas  
299 notificadas não apresentaram cotações que viabilizassem a abertura de licitação. Desta  
300 forma, planejou-se outras estratégias para cumprir a meta, através da realização de  
301 pesquisa por Agentes Comunitários de Saúde. AÇÃO 4: ÁREA: Esporte e Lazer,  
302 CATEGORIA: Melhoria de política / Serviço existente, RESULTADO: Critérios para  
303 concessão de alimentação no Centro Esportivo à crianças e adolescentes que são  
304 atletas de rendimento estabelecidos, garantindo isonomia na concessão. 4.1 - O  
305 município alcançou o resultado / meta registrado acima? – Alcançou parcialmente. 4.2 –  
306 Descrever brevemente, mas com clareza, o que foi feito para alcançar, total ou  
307 parcialmente, o resultado / meta. – Foram estabelecidos os seguintes critérios para  
308 concessão de alimentação: - Condição socioeconômica da criança/adolescente aferida  
309 via aplicação de questionário de nível socioeconômico; - Necessidade da  
310 criança/adolescente de ir diretamente da Escola para o local de treinamento; - Foi  
311 repassado os dados das crianças e adolescentes, beneficiárias da concessão de  
312 alimentação para os professores/técnicos. 4.3 – Como o município mediu o alcance do  
313 resultado / meta registrado a cima? – Todos os que foram encaminhados receberam a  
314 alimentação, totalizando mais de 130 refeições diárias. 4.4 – A ação continua sendo  
315 executada? – Sim. 4.5 – Quais foram os fatores que impediram o resultado / meta  
316 fosse totalmente alcançada? – Outros fatores. Foram criados os critérios, porem eles  
317 não foram aplicados em 2015. AÇÃO 5: ÁREA: Atenção à saúde do adolescente,  
318 CATEGORIA: Melhoria de política / serviço existente, RESULTADO: Articulação entre  
319 o Município e o Governo do Estado, para a disponibilização de vagas de internamento  
320 para adolescentes do sexo feminino para o tratamento de drogadição no Hospital  
321 Universitário do Oeste do Paraná. 5.1 - O município alcançou o resultado / meta  
322 registrado acima? – Alcançou totalmente. 5.2 - Descrever brevemente, mas com  
323 clareza, o que foi feito para alcançar, total ou parcialmente, o resultado / meta. Foram  
324 realizadas reuniões do Comitê de Urgência e Emergência Regional visando a abertura  
325 das vagas de internamento para adolescentes do sexo feminino para o tratamento de  
326 drogadição no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP. Entretanto as vagas  
327 abertas em 2015 foram viabilizadas via demanda judicial. A disponibilização das vagas

328 depende da conclusão da obra de ampliação da estrutura do HUOP. 5.3 Como o  
329 município mediu o alcance do resultado / meta registrado a cima? - Através das  
330 reuniões do Comitê de Urgência e Emergência Regional e disponibilização das vagas  
331 quando solicitadas. Dando continuidade a apresentação do MAPA o Sr. Ronaldo passa  
332 ao módulo PN – ASPECTO AVALIADO: Acesso e qualidade na Educação Infantil. 1- em  
333 2015 foram matriculados 3.658 crianças em creche Municipal e 980 em creche privada.  
334 Pré escola foram 5415 na rede Municipal e 2100 na rede privada. Em tempo integral  
335 foram 3658 em creche da rede Municipal e 2630 em pré escola na rede Municipal. Em  
336 2015, foram 198 turmas de creche Municipal e 270 de pré escola Municipal. A inscrição  
337 de crianças aguardando vagas tanto em creche como na pre escola Municipal é  
338 centralizada na Secretaria de Educação, tendo 2810 crianças aguardando vaga para  
339 creche e 113 para a pre escola. Foram construídas e equipadas na atual gestão 12  
340 unidades de Educação Infantil com recursos do Programa Nacional de Reestruturação e  
341 Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar de Educação Infantil – Proinfância.  
342 Em 2015, o município recebeu recursos do Programa Brasil Carinhoso tendo a  
343 Secretaria de Educação como responsável pela aplicação do recurso. Quanto a  
344 escolaridade dos professores da Educação Infantil: 152 com magistério, 169 com  
345 ensino superior atuando em creches e 68 com magistério e 266 com ensino superior  
346 atuando na pré escola. Quanto ao ensino fundamental: foram matriculados 18.648  
347 alunos em rede Municipal e 3635 na rede privada nos anos iniciais, nos anos finais  
348 foram 15475 na rede estadual e 2990 na rede privada. Em tempo integral teve 859  
349 matriculas nos anos iniciais na rede Municipal. Quanto a escolaridade dos professores:  
350 anos iniciais 62 professores com magistério e 1014 com ensino superior. Professores  
351 com ensino superior completo, segundo licenciatura / complementação pedagógica, em  
352 2015: 952 com licenciatura e 62 sem licenciatura nos anos iniciais. Resultados obtidos  
353 na Prova Brasil em 2013: Língua Portuguesa: 63 e Matemática 55; em 2015: os  
354 resultados não estavam disponíveis no momento do preenchimento do MAPA.  
355 ASPECTO AVALIADO: Gestão – Existência de Conselhos e Planos Setoriais: Conselho  
356 Municipal de Educação – criado antes de 2012, com 12 membros titulares sendo: 03 da  
357 Secretaria de Educação, nenhum do poder Executivo, 01 representante de pais de  
358 alunos, 02 representantes de professores, 01 representante de entidade de  
359 trabalhadores da educação, 02 representante de instituições privadas e 03  
360 representantes de outras instituições da sociedade civil. Os membros representantes do  
361 Poder público Municipal são escolhidos e indicados pelo gestor Municipal e os  
362 representantes da Sociedade civil são escolhidos e indicados pelos dirigentes de órgãos  
363 de representação, de entidades ou de instituições representadas. O presidente do  
364 Conselho Municipal de Educação (CME) é eleito em sessão plenária do Conselho,

365 alternadamente entre o poder público e sociedade civil. O mandato tem duração de  
366 quatro anos e a renovação dos membros do Conselho é parcial. O atual mandato iniciou  
367 em 2015, as reuniões são quinzenais. No período de 2013 e 2015, foram feitas 37  
368 resoluções em 2013, 15 resoluções em 2014 e 11 em 2015. No período de 2013 a 2015  
369 o CME não trabalhou em conjunto com outros Conselhos municipais em temas  
370 relacionados a criança e adolescente. O Município elaborou Plano Municipal de  
371 Educação com base no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Sobre o FUNDEB: são  
372 11 membros titulares sendo: 1 da Secretaria de Educação, 1 do Conselho da Educação,  
373 1 do poder Executivo Municipal, 1 representante do Conselho Tutelar, 1 representante  
374 dos professores da Educação Básica pública, 1 representante dos diretores da  
375 Educação básica pública, 1 representante dos servidores técnico administrativos de  
376 escolas públicas de Educação Básica pública, 2 representantes de pais de alunos da  
377 Educação Básica pública, 2 representantes de alunos da Educação Básica pública. Os  
378 representantes do Poder Público Municipal são escolhidos e indicados pelo gestor  
379 Municipal e os representantes da sociedade civil são eleitos em cada categoria  
380 representada. O presidente do FUNDEB é eleito em sessão plenária do Conselho,  
381 alternadamente entre os representantes do poder público e sociedade civil. O mandato  
382 tem duração de dois anos e a renovação dos membros é parcial. O atual mandato  
383 iniciou em 2015 e as reuniões são mensais. Sobre o Conselho de Alimentação Escolar:  
384 são 7 membros titulares sendo: 1 representante da Secretaria Municipal de Educação, 2  
385 representantes de entidades de trabalhadores da Educação, 2 representantes de pais  
386 de alunos e 2 representantes de entidades da sociedade civil. Os representantes do  
387 Poder Público Municipal são escolhidos e indicados pelo gestor Municipal e os  
388 representantes da sociedade civil são escolhidos em assembleia ou reunião específica  
389 de cada entidade representada. O presidente é eleito em sessão plenária do Conselho,  
390 alternadamente entre os representantes do poder público e sociedade civil. O mandato  
391 tem duração de quatro anos e a renovação dos membros é parcial, o atual mandato  
392 iniciou em 2013, suas reuniões são mensais. O município realizou Conferência de  
393 Educação? Sim, em 2015. Segmentos representados pelos delegados: Poder Executivo  
394 Municipal, Poder Legislativo Municipal, Poder Judiciário, Ministério Público, Sociedade  
395 Civil, Diretores, Professores e funcionários de escolas, estudantes e pais de alunos. O  
396 Gestor Municipal não participou da última Conferência Municipal de Educação.  
397 ASPECTO AVALIADO: Sobrevivência infantil e materna: em 2015 foram 4768 crianças  
398 nascidas vivas no município, 31 óbitos de crianças nascidas vivas de 0 a 27 dias  
399 completos, 16 óbitos de crianças nascidas vivas de 28 a 364 dias completos, 53 óbitos  
400 de crianças nascidas vivas menores de 5 anos. 02 óbitos maternos (ocorridos até 42  
401 dias após o término da gravidez atribuídos a causas ligadas a gravidez, parto ou

402 puerpério. Em 2015, foram investigados os óbitos das crianças de 0 a 27 dias e das  
403 crianças de 28 a 364 dias bem como o óbito das mães. Entre 2013 e 2015 foram  
404 adotadas medidas para redução/prevenção dos óbitos infantis e maternos tais como:  
405 aumento de número de profissionais, equipes envolvidas em ações relacionadas à  
406 saúde da Família, qualificação de profissionais, criação de programas de prevenção da  
407 gravidez na adolescência, criação de programas de orientação a gestantes, programa de  
408 incentivo ao aleitamento materno, programa de complementação alimentar para  
409 crianças em risco nutricional, programas de orientação familiar sobre a saúde da  
410 criança, estabelecimento de parcerias com organizações sociais para difusão de  
411 orientação a gestantes e famílias com crianças pequenas, capacitação de serviços de  
412 saúde e Assistência Social, escolas, igrejas e empresas para difusão de informações a  
413 gestantes e famílias e encaminhamentos aos serviços especializados, ampliação do  
414 acesso à água tratada, ampliação do acesso da população ao serviço de esgotamento  
415 sanitário. Sobre o Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal: realiza investigação  
416 dos óbitos conforme segue: morte hospitalar, morte em outros serviços da saúde, morte  
417 no trajeto para o hospital ou serviço de saúde, morte domiciliar, morte em via pública,  
418 mortes em outro local (creche, escola) abrangendo todo o município. Sobre o Comitê de  
419 mortalidade materna, o comitê investiga: morte hospitalar, morte domiciliar, morte em  
420 via pública, morte em outros locais, abrangendo todo o município. ASPECTOS  
421 AVALIADOS: Enfrentamento do uso de drogas: o município possui Conselho  
422 antidrogas, com 27 membros titulares, sendo: 15 do Poder Executivo Municipal, 01 do  
423 Legislativo Municipal, 03 representantes de outros Conselhos, 02 de categorias  
424 profissionais e 06 de entidades e instituições da sociedade civil. Luzia esclareceu que  
425 os dados que haviam sido registrados na reunião com a presença dos representantes  
426 do Comitê os quais foram revistos juntamente com o Secretário Municipal “Geninho”,  
427 conforme dados aqui apresentados. Os representantes do Poder Público Municipal são  
428 indicados pelo gestor e os da Sociedade Civil são indicados pelos dirigentes de  
429 Conselhos, entidades ou instituições. O presidente é eleito em sessão plenária do  
430 Conselho, alternadamente entre os representantes do Poder público e sociedade civil.  
431 O mandato dos membros tem duração indefinida e sua renovação é parcial. O atual  
432 mandato iniciou em 2012, as reuniões são mensais. O município atua no enfrentamento  
433 do uso de drogas por crianças e adolescentes tendo como foco: prevenção, redução de  
434 danos sociais e à saúde, tratamento, recuperação e reinserção social. Os órgãos  
435 envolvidos no enfrentamento do uso de drogas por crianças e adolescentes são:  
436 Secretarias Municipais de: Assistência Social, Educação, Saúde, Antidrogas, Cultura,  
437 Esporte e Lazer, Poder Judiciário, Ministério Público. O Município adota as seguintes  
438 medidas: ampliação da rede de atendimento, qualificação dos profissionais da área de

439 Assistência Social, Educação, Saúde, Segurança Pública, Informação e orientação as  
440 famílias, as crianças e adolescentes, atenção especializada a famílias de usuários e  
441 usuários, medidas repressivas do uso, seminários. O município possui Centro de  
442 Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad), o qual desenvolve as seguintes  
443 atividades: atendimento individual, a família, em grupo, visitas domiciliares, atividades  
444 comunitárias, em escolas, matriciamento em saúde mental, inserção em outras políticas  
445 intersetoriais. O município aderiu ao Programa “Crack, é Possível Vencer” e recebeu  
446 apoio através de orientações para o desenvolvimento de ações de prevenção, e  
447 implementação de serviços nas redes de saúde e Assistência Social e equipamento de  
448 segurança pública. O município possui parcerias para o enfrentamento do uso de  
449 drogas por crianças e adolescentes com as universidades, serviços privados de saúde,  
450 organizações sociais, igrejas, empresas, policia militar (PROERD),e Conselho estadual  
451 de política sobre drogas. Em relação ao Conselho Municipal de saúde: é composto por  
452 24 membros sendo: 03 do poder publico Municipal, 09 de entidades de usuários, 06 de  
453 trabalhadores da saúde e 06 de prestadores de serviços da saúde. Os representantes  
454 do poder público são indicados pelo gestor e os da sociedade civil são indicados pelos  
455 dirigentes das entidades representadas. O presidente é eleito em sessão plenária e tem  
456 mandato de dois anos, a renovação dos membros é parcial e o atual mandato iniciou  
457 em 2016, as reuniões são mensais. No período de 2013 e 2015 foram feitas 39  
458 resoluções em 2013, 31 em 2014 e 41 em 2015. No mesmo período o CMS não  
459 trabalhou em conjunto com outros Conselhos. O município elaborou Plano Municipal de  
460 Saúde para o período de 2014-2017 o qual contempla expressamente a política  
461 Municipal de atenção à saúde de crianças e adolescente. Em 2015, ocorreu a  
462 Conferencia Municipal de Saúde e teve delegados dos seguintes segmentos: Poder  
463 Público Municipal, prestadores de serviços de saúde, trabalhadores da saúde e  
464 usuários dos serviços de saúde. O Gestor participou da conferencia. O município não  
465 possui Conselho nem Plano de Segurança Alimentar. O município possui Conselho  
466 Municipal de Assistência Social da seguinte forma: 18 membros titulares sendo; 9 do  
467 poder publico, 3 representantes de usuários, 3 de entidades de Assistência, 3 de  
468 trabalhadores da Assistência. São escolhidos: os representantes do poder público são  
469 indicados pelo gestor e os da sociedade civil são indicados pelos dirigentes das  
470 entidades representadas. O presidente é eleito em sessão plenária, alternadamente,  
471 entre o poder publico e sociedade civil. O mandato é de dois anos, a renovação dos  
472 membros é parcial, o atual mandato iniciou em 2015. As reuniões são mensais. Foram  
473 expedidas em 2013: 82 resoluções, em 2014: 97 resoluções e em 2015: 100  
474 resoluções. Em 2015 o CMAS expediu resoluções conjuntas com outros Conselhos. O  
475 município elaborou Plano Municipal de Assistência Social para o período de 2014 –

476 2017 e realizou Conferencia em 2015. Os segmentos representados na Conferencia  
477 foram: Poder Publico, entidades de Assistência Social, trabalhadores da Assistência  
478 Social e usuários da Assistência Social. O Gestor não participou da última conferencia.  
479 O Sistema Único de Assistencia Social – SUAS se encontra em estágio pleno. O  
480 Município possui 07 Centros de Referencia da Assistencia Social e 03 Centros de  
481 Referencia Especializados da Assistencia Social. Sobre os Conselhos Tutelares: foram  
482 introduzidas as seguintes alterações na Legislação Municipal básica: a duração do  
483 mandato dos membros, o processo de escolha unificado e a data do processo de  
484 escolha dos membros. O município conta com 03 Conselhos Tutelares. Os requisitos  
485 para candidatura foram: idoneidade moral, idade superior a 21 anos, residência fixa no  
486 município, escolaridade mínima. Foi oferecido capacitação por meio de programas  
487 presenciais desenvolvidos pelo município. O processo de escolha ocorreu em 04 de  
488 outubro de 2015, por meio de eleição direta, mediante utilização de urnas comuns,  
489 apresentação do titulo de eleitor, o processo foi coordenado pelo Conselho Municipal  
490 dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado pelo Ministério Público. Todos os  
491 Conselhos possuem espaço físico com sala reservada para atendimento ao publico e  
492 sala reservada para atendimento de casos. O município cumpriu as exigências para o  
493 recebimento de equipamentos por meio da ação: “Equipagem dos Conselhos  
494 Tutelares”, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Republica. Os  
495 Conselhos tem instalado o Sistema de Informações para Infancia e Adolescencia –  
496 SIPIA WEB, receberam o treinamento e avalia o funcionamento como razoável. Falta de  
497 conhecimento da operação do sistema e falta de funcionalidade foram critérios para a  
498 avaliação. O Municipio realiza mapeamento de crianças e adolescentes em situação de  
499 vulnerabilidade e risco através da vigilância socioassistencial. É feito o controle das  
500 condicionalidades do Programa Bolsa Familia através da frequência escolar e unidades  
501 de saúde. São acompanhadas as crianças de 0 a 6 anos bem como acima de 6 anos  
502 tomando medidas para garantir sua permanência na escola. O município incentiva  
503 denuncias de suspeita de violência contra a criança e adolescentes através do disque  
504 100 e Conselhos Tutelares. Em 2015, foram 780 casos denunciados no município. Os  
505 setores e serviços incorporados com rotinas de notificações de casos de suspeita de  
506 violência contra criança e adolescentes são: serviços públicos de saúde, escolas  
507 publicas, serviços municipais de Assistência Social, entidades conveniadas de  
508 Assistência social e serviços de segurança pública. Estas notificações são feitas através  
509 de ficha de referencia e contra referencia e são dirigidas ao Conselho Tutelar. Foram  
510 notificados 376 casos de violência contra criança e adolescente e foram confirmados  
511 724 casos denunciados e 376 casos notificados. Tiveram solução definitiva 205 casos,  
512 pendente 282 casos, os notificados confirmados foram 376 com solução definitiva e

513 nenhum pendente. Os procedimentos adotados são: entrevista com a  
514 criança/adolescente, com a família, som o suposto agressor, visita ao local da violência,  
515 encaminhamento da criança/adolescente para atendimento medico, psicológico, para os  
516 serviços assistenciais, encaminhamento da família para os serviços assistenciais e  
517 acionamento de órgãos de responsabilização. O município realiza campanhas  
518 sistemáticas voltadas à redução dos casos de violência contra a criança e adolescente  
519 dirigidas a população em geral, mantem parcerias para o tratamento destas questões  
520 com órgãos da segurança publica, ministério publico, organizações sociais, igrejas,  
521 empresas. No final de 2015 foram inseridas no Cadastro Único 09 crianças de 05 a 09  
522 anos, 23 de 10 a 14 anos e 43 adolescentes de 15 e 16 anos e este mesmo numero  
523 foram incluídas também no Programa de Erradicação do trabalho Infantil – PETI. Foram  
524 realizadas campanhas para difundir os impactos negativos do trabalho infantil, registro  
525 das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e de suas famílias, no  
526 Cadastro único para programas sociais do Governo Federal, inserção das crianças e  
527 adolescentes em situação de trabalho infantil e de suas famílias, registradas no  
528 Cadastro único, para os serviços de saúde, educação, cultura, esporte e lazer,  
529 transferência de renda às famílias de crianças e adolescentes em situação de trabalho  
530 infantil, articulação com as superintendências, gerencias e agencias regionais do  
531 Trabalho e Emprego, para fomento das ações de fiscalização das situações de trabalho  
532 infantil. Articulação com o poder judiciário e o Ministério Publico, para garantir a  
533 aplicação de medidas de proteção para crianças e adolescentes em situação de  
534 trabalho infantil. Articulação com os Conselhos Tutelares, para garantir a aplicação de  
535 medida de proteção para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil,  
536 monitoramento das ações desenvolvidas. No município há adolescentes sentenciados  
537 pela prática de ato infracional, submetidos às medidas socioeducativas previstas no  
538 Estatuto da criança e do Adolescente – ECA da seguinte forma: Prestação de serviços a  
539 comunidade 262 adolescentes, liberdade assistida 58 adolescentes, regime de semi-  
540 liberdade 57, internação 87 adolescentes. As medidas socioeducativas em meio aberto  
541 são executadas pelo município e envolve as famílias em programas de orientação e  
542 fortalecimento de vínculos. As medidas socioeducativas conta com parcerias com  
543 organizações sociais, equipamentos públicos das políticas de Assistência Social,  
544 educação e saúde. A medida socioeducativa de internamento é acompanhada pelo  
545 município e suas famílias são assistidas. O município não possui programa de  
546 reintegração Social de adolescente egressos de medida socioeducativa de internação.  
547 O município possui Plano de Atendimento Socioeducativo o qual foi aprovado pelo  
548 CMDCA, este Plano envolve o CMDCA, Conselho Tutelar, Conselho de Assistencia  
549 Social, Conselho de Educação, Conselho de Saúde, Conselho sobre drogas, Secretaria

550 Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria  
551 Municipal de Saúde, Ministério Público, Instancias regionais da administração estadual,  
552 Organizações sociais, Comissão intersetorial de Socioeducação de Cascavel,  
553 Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria  
554 Municipal Antidrogas. Durante a gestão 2013-2016 foram criados 14 unidades de  
555 creche, 15 unidades de pré escola, 01 unidade escolar de Ensino Fundamental, 01  
556 CRAS, 10 Unidades Básicas de saúde, 02 Centros esportivos e 02 unidades de cultura  
557 (Teatro Municipal e Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU). Concluído o  
558 preenchimento dos formulários, o Secretário Alisson, solicita para Luzia que encaminhe  
559 à ABRINQ um E-mail para complementação de dados do Mapa Prioridades Nacionais –  
560 ano 2015 referente a questão 35.1 – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e  
561 referente a questão 51.4 – Notificação ou Comunicação de casos de violência contra  
562 criança as quais não possuem no formulário alternativa que condiz com a realidade do  
563 Município, pois no que se refere ao Conselho de segurança alimentar o mesmo foi  
564 criado por lei no ano de 2011, contudo foi formalmente oficializado em 2014 e no que se  
565 refere a notificação ou comunicação de casos de violência contra criança a mesma  
566 ocorre através do SINAN que é específico de dados da Saúde e do SIPIA CT WEB que  
567 é alimentado pelo Conselho Tutelar, não em sua totalidade de atendimentos, questões  
568 não respondidas devido a estruturação do formulário. Após conclusão do  
569 preenchimento e finalização do questionário, o mesmo estará a disposição na  
570 Secretaria Executiva dos Conselhos para consulta. A representante do FUNDEB,  
571 presente na reunião, sugeriu que os Conselhos setoriais citados no questionário  
572 também façam parte da CMAA/PPAC, ou sejam convidados para apresentação das  
573 referidas informações. Alisson explica que por ser paritário e estar encerrando este  
574 ciclo que é de quatro anos, neste momento se torna inviável, contudo pode se pensar  
575 para o próximo ciclo esta inclusão, sempre cuidando da paridade. Alisson agradece a  
576 toda equipe que trabalhou empenhada para levantar estes dados, agradece pelo tempo  
577 demandado para preenchimento, disse também que foram cumpridas todas as etapas  
578 do programa, e que se O Prefeito for premiado novamente o prêmio é uma conquista  
579 para o município e de todos os envolvidos. Inês de Paula pede a palavra e diz que o  
580 Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente teve a primeira votação na  
581 Câmara Municipal de Vereadores o qual foi aprovado e encaminhado para segunda  
582 votação na tarde de hoje. Inês convida a todos para a sessão na Câmara na tarde de  
583 hoje. Valdair sugere que o CMDCA e CMAA/PPAC reúnam os candidatos a prefeito  
584 solicitando a eles que se comprometam a continuar a busca deste prêmio, pois quem  
585 realmente ganha é a criança e o adolescente do município. Valdair também agradece  
586 aos conselheiros e técnicos que trabalharam e se empenharam para cumprir os prazos

587 e etapas do programa. O quórum neste momento é de vinte e sete votantes. Valdair  
588 passa para a aprovação do Mapa de Prioridades Nacionais, referente a 2015, o qual é  
589 aprovado com vinte e sete votos favoráveis. Continuando a reunião o presidente passa  
590 ao item **6) Apresentação pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SEASO**  
591 **da nova territorialização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS em**  
592 **Cascavel, aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS:**  
593 Ronaldo faz a apresentação do mapa da nova territorialização e explica que houve a  
594 necessidade de alteração devido as demandas, podendo assim dividir de forma  
595 igualitária a quantidade de usuários por território, momento em que apresenta cada  
596 território, menciona a criação do CRAS Cancelli, que funcionará na mesma estrutura  
597 onde funciona o Centro de Convivência de Idosos, com adequações estruturais e físicas  
598 necessárias, assim como com a garantia do atendimento dos usuários que serão  
599 absorvidos nos CRAS referenciados. Luzia diz que o papel do Conselho é sempre olhar  
600 as ações de prevenções que estão sendo desenvolvidas e provocar as ações de  
601 prevenções de atendimento a criança e adolescente que precisam ser qualificadas ou  
602 melhoradas. Neste momento o presidente Valdair precisou se ausentar e o vice  
603 presidente Hudson Moreschi Jr. passa a presidir a reunião. Após a explanação de  
604 Ronaldo sobre a nova territorialização, Hudson passa ao último item de pauta o item de  
605 número **7) Informes: 7.1 – Carta Aberta do CME à Câmara Municipal de**  
606 **Vereadores:** Etelda diz que esta carta foi entregue a cada participante da reunião, e  
607 que a mesma foi lida na sessão da Câmara dos Vereadores de Cascavel no dia de  
608 ontem. Ronaldo sugere que o CMDCA se posicione em relação a esta carta. Hudson diz  
609 que irá levar para a Mesa Diretiva a sugestão de Ronaldo. Dando continuidade, Hudson  
610 passa ao item **7.2 – 2ª Votação do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do**  
611 **Adolescente – Sessão Câmara de Vereadores dia 22/03 às 14h30:** Hudson diz que  
612 este item já foi contemplado na fala da Secretária Inês, mas reforça o convite a todos.  
613 Agradece a explanação da Luzia e do Ronaldo encerrando a reunião. Concluídos os  
614 itens de pauta, Hudson agradece a presença de todos e nada mais havendo para tratar,  
615 dá por encerrada à reunião e eu Katia Lisméia Muller Mangabeira  
616 \_\_\_\_\_ lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelo  
617 presidente do CMDCA e CMAA/PPAC Valdair Mauro Debus  
618 \_\_\_\_\_.